

Columbia do Nordeste S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Tancredo Neves, 2539, 23º andar
Edifício CEO Salvador Shopping – Torre Londres -
Salas 2308 a 2312 - Caminho das Árvores
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799
41820-970 - Salvador/BA - Brasil

Telefone 55 (71) 3273-7350
Fax 55 (71) 3273-7351
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Columbia do Nordeste S.A.
Simões Filho - BA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Columbia do Nordeste S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Columbia do Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa 3.b, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, datado de 31 de março de 2015. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras individuais e consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, examinamos os ajustes nos valores correspondentes descritos na nota explicativa 3.b que, em nossa opinião, são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre elas tomados em conjunto.

Salvador, 31 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Seabra Di Girolamo
Contador CRC BA-017826/O-4

Columbia do Nordeste S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2015	2014	2015	2014			2015	2014	2015	2014
					Reapresentado*					Reapresentado*	
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	854	1.637	829	1.579	Fornecedores		3.685	3.023	1.996	2.058
Contas a receber de clientes	9	21.629	14.228	17.983	12.221	Saldos bancários a descoberto	8	1.036	-	1.036	-
Almoxarifado		193	226	193	226	Empréstimos e financiamentos	13	22.024	36.406	22.024	36.406
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	844	-	844	Debêntures	14	2.530	-	2.530	-
Tributos a recuperar		341	759	170	681	Obrigações sociais e trabalhistas		2.927	2.508	1.953	1.774
Despesas antecipadas		1.770	1.182	1.349	912	Tributos a recolher		1.188	1.185	1.006	865
Outras contas a receber		590	372	490	309	Demurrage a pagar		849	699	849	699
Total do ativo circulante		25.377	19.248	21.014	16.772	Parcelamentos tributários	16	1.138	1.310	65	64
Não circulante						Obrigações com terceiros	15	2.525	2.488	-	-
Empréstimos a partes relacionadas	10	111	126	9.935	5.421	Outras contas a pagar		5.779	2.676	5.255	2.303
Aplicações financeiras vinculadas	8.1	1.264	-	1.264	-	Total do passivo circulante		43.681	50.295	36.714	44.169
Ativo fiscal diferido	24	4.194	4.446	1.420	1.418	Não circulante					
Depósitos judiciais	17	1.248	1.233	1.184	1.180	Empréstimos e financiamentos	13	21.017	26.517	20.910	26.598
Despesas antecipadas		11	-	11	-	Debêntures	14	21.042	-	21.042	-
Conta caução	15	1.060	980	-	-	Parcelamentos tributários	16	4.234	4.866	135	194
Valores indenizáveis	17	6.510	5.246	-	-	Passivo fiscal diferido	24	7.525	7.814	-	-
Outras contas a receber	10	42	79	1.648	362	Dividendos a pagar	18	1.252	1.252	1.252	1.252
Investimentos	11	124	136	3.078	6.798	Provisão para perdas em processos judiciais	17	7.893	6.613	1.383	1.367
Imobilizado	12	71.531	74.617	44.826	47.512	Conta caução	15	1.060	980	-	-
Intangível		477	641	413	575	Outras contas a pagar		54	-	52	-
Total do ativo não circulante		86.572	87.504	63.779	63.266	Total do passivo não circulante		64.077	48.042	44.774	29.411
						Patrimônio líquido					
						Capital social	18	4.500	4.500	4.500	4.500
						Reserva de capital	18	3.547	3.547	3.547	3.547
						Reserva de lucros	18	2.876	5.185	2.876	5.185
						Ajustes de avaliação patrimonial		-	844	-	844
						Ágio em transações de capital	18	(7.618)	(7.618)	(7.618)	(7.618)
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		3.305	6.458	3.305	6.458
						Participação de não controladores		886	1.957	-	-
						Total do patrimônio líquido		4.191	8.415	3.305	6.458
Total do ativo		111.949	106.752	84.793	80.038	Total do passivo e patrimônio líquido		111.949	106.752	84.793	80.038

(*) Ver nota explicativa 3.b.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Columbia do Nordeste S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	Nota	2015	2014	2015	2014
Receita operacional líquida	19	92.540	68.540	73.717	63.014
Custo dos serviços prestados	20	<u>(67.643)</u>	<u>(47.885)</u>	<u>(47.165)</u>	<u>(42.172)</u>
Lucro bruto		<u>24.897</u>	<u>20.655</u>	<u>26.552</u>	<u>20.842</u>
Despesas gerais e administrativas	21	(11.901)	(10.127)	(11.482)	(9.761)
Despesas comerciais	22	(3.296)	(2.675)	(2.563)	(2.568)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>34</u>	<u>75</u>	<u>81</u>	<u>(840)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		<u>9.734</u>	<u>7.928</u>	<u>12.588</u>	<u>7.673</u>
Receitas financeiras	23	3.192	735	3.937	701
Despesas financeiras	23	<u>(15.770)</u>	<u>(9.354)</u>	<u>(14.555)</u>	<u>(8.867)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(12.578)</u>	<u>(8.619)</u>	<u>(10.618)</u>	<u>(8.166)</u>
Participação no resultado de empresa controlada	11	<u>(12)</u>	<u>220</u>	<u>(3.720)</u>	<u>211</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(2.856)</u>	<u>(471)</u>	<u>(1.750)</u>	<u>(282)</u>
Imposto de renda e contribuição social	24	<u>(524)</u>	<u>138</u>	<u>(559)</u>	<u>191</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(3.380)</u></u>	<u><u>(333)</u></u>	<u><u>(2.309)</u></u>	<u><u>(91)</u></u>
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		(2.309)	(91)		
Acionistas não controladores		<u>(1.071)</u>	<u>(242)</u>		
Prejuízo do exercício		<u><u>(3.380)</u></u>	<u><u>(333)</u></u>		
Resultado por ação					
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)				<u>(0,51)</u>	<u>(0,02)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Columbia do Nordeste S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2015	2014	2015	2014
Prejuízo do exercício	(3.380)	(333)	(2.309)	(91)
Outros resultados abrangentes	<u>(844)</u>	<u>844</u>	<u>(844)</u>	<u>844</u>
Resultado abrangente total	<u>(4.224)</u>	<u>511</u>	<u>(3.153)</u>	<u>753</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(3.153)	753		
Acionistas não controladores	<u>(1.071)</u>	<u>(242)</u>		
Resultado abrangente total	<u>(4.224)</u>	<u>511</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Columbia do Nordeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores											
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Ágio em transações de capital	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros						
Saldos em 1º de janeiro de 2014		4.500	3.547	463	-	4.813	-	-	-	13.323	-	13.323
Aquisição de controlada	18	-	-	-	-	-	-	(7.618)	-	(7.618)	2.199	(5.419)
Outros resultados abrangentes	18	-	-	-	-	-	844	-	-	844	-	844
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(91)	(91)	(242)	(333)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	18	-	-	-	400	-	-	-	(400)	-	-	-
Absorção de prejuízo com reserva de lucros	18	-	-	-	-	(491)	-	-	491	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado*)		<u>4.500</u>	<u>3.547</u>	<u>463</u>	<u>400</u>	<u>4.322</u>	<u>844</u>	<u>(7.618)</u>	<u>-</u>	<u>6.458</u>	<u>1.957</u>	<u>8.415</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(2.309)	(2.309)	(1.071)	(3.380)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	18	-	-	-	121	-	-	-	(121)	-	-	-
Absorção de prejuízo com reserva de lucros	18	-	-	-	-	(2.430)	-	-	2.430	-	-	-
Outros resultados abrangentes	18	-	-	-	-	-	(844)	-	-	(844)	-	(844)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>4.500</u>	<u>3.547</u>	<u>463</u>	<u>521</u>	<u>1.892</u>	<u>-</u>	<u>(7.618)</u>	<u>-</u>	<u>3.305</u>	<u>886</u>	<u>4.191</u>

(*) Ver nota explicativa 3.b.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Columbia do Nordeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(3.380)	(333)	(2.309)	(91)
Ajustes:				
Juros e variações cambiais, líquidas	12.815	7.434	12.815	7.434
Provisão (reversão) para perdas em processos judiciais	38	468	38	(147)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	1.227	773	991	677
Resultado na alienação de ativo imobilizado e intangível	136	105	69	105
Instrumentos financeiros derivativos	(1.735)	133	(1.735)	133
Depreciação e amortização	5.121	3.691	3.833	3.199
Resultado de equivalência patrimonial	12	(75)	3.720	840
Imposto de renda e contribuição social corrente	561	745	561	745
Imposto de renda e contribuição social diferido	(37)	(883)	(2)	(936)
	<u>14.758</u>	<u>12.058</u>	<u>17.981</u>	<u>11.959</u>
Variações em:				
Contas a receber de clientes	(8.449)	(2.353)	(6.574)	(2.119)
Almoxarifado	33	(97)	33	(97)
Tributos a recuperar	418	(476)	511	(452)
Despesas antecipadas	(599)	(261)	(448)	(77)
Depósitos judiciais	(15)	101	(4)	98
Valores indenizáveis	(1.344)	(615)	-	-
Outras contas a receber	(177)	455	(703)	435
Fornecedores	662	(145)	(63)	59
Obrigações sociais e trabalhistas	419	(299)	179	(433)
Tributos a recolher	(601)	(1.030)	(462)	(1.021)
Demurrage a pagar	150	(1.073)	150	(1.073)
Parcelamentos de tributos	(804)	146	(57)	(154)
Conta caução	1.344	2	-	-
Obrigações com terceiros	37	305	-	-
Outras contas a pagar	2.956	(178)	2.803	109
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>8.788</u>	<u>6.540</u>	<u>13.346</u>	<u>7.234</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	(1.264)	-	(1.264)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(1.975)	(16.968)	(1.045)	(16.627)
Aquisição de ativo intangível	(32)	(304)	(9)	(304)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(3.271)</u>	<u>(17.272)</u>	<u>(2.318)</u>	<u>(16.931)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos	49.689	37.670	49.689	37.670
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(61.913)	(22.385)	(61.913)	(22.385)
Dividendos pagos	-	(3.438)	-	(3.438)
Custos de transação relacionados a empréstimos e financiamentos	(1.294)	-	(1.294)	-
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	1.735	(218)	1.735	(218)
Transações de empréstimos com partes relacionadas, líquidas	4.447	(4.216)	(1.031)	(5.257)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	<u>(7.336)</u>	<u>7.413</u>	<u>(12.814)</u>	<u>6.372</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(1.819)	(3.319)	(1.786)	(3.325)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.637	4.956	1.579	4.904
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>(182)</u>	<u>1.637</u>	<u>(207)</u>	<u>1.579</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Columbia do Nordeste S.A. ("Columbia do NE" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, com sede na AC ACS B, Quadra 3, nº 552, Setor de Serviços do Parque Industrial CIA/Sul, município de Simões Filho, estado da Bahia, foi constituída em 24 de janeiro de 2011 e tem por objeto a prestação de serviços públicos de movimentação, armazenagem de mercadorias e serviços conexos e complementares na Estação Aduaneira Interior - EADI Salvador.

Os principais serviços realizados pela Companhia são:

- Armazém alfandegária - importação e exportação;
- DEPOT - transporte, armazenagem e reparo de containers;
- Pátio - armazenamento de veículos;
- Armazém geral - centro de distribuição;
- Transporte de carga - geral e em trânsito aduaneiro; e
- Operações portuárias - Portos de Salvador, Aratu e Ilhéus.

Em 15 de dezembro de 2011, a Procuradoria da Fazenda Nacional emitiu parecer favorável à transferência da permissão pública do Consórcio EADI Salvador para a Companhia, sendo que a publicação do aditivo de contrato assinado com a Receita Federal do Brasil ocorreu em 2 de abril de 2012.

Em 2 de abril de 2012, foi deliberada a extinção do Consórcio EADI Salvador, confirmando a opção já concretizada de constituição da Columbia do Nordeste S.A., sendo a mesma sucessora do Consórcio EADI Salvador Logística e Distribuição em seus direitos e obrigações enquanto fiel depositário de cargas e processos perante terceiros.

Em 28 de outubro de 2015, foi concedida a licença de transferência para o regime de exploração de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA, instituído pela Medida Provisória nº 612, de 2 de abril de 2013, ao Porto Seco outorgado através do Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias, celebrado entre a União, representada por esta SRRF05 e o Consórcio EADI-Salvador, sucedido pela empresa Columbia do Nordeste S.A. Consequentemente, ficou rescindido, através do Termo de Rescisão Contratual de 28 de outubro de 2015, constante do Processo Administrativo nº 10507.000284/2011-58, o Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco, firmado com a União em 20 de janeiro de 1998, em decorrência da Concorrência SRF/SRRF/5ªRF - Nº 01/97, conforme constante do Processo Administrativo 10580.004833/96-44. O CLIA, licenciado através deste Ato, que ficará sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Salvador, a qual poderá estabelecer as rotinas operacionais que julgar necessárias ao controle fiscal.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 15.700 (2014: R\$ 27.397) na controladora e de R\$ 18.304 (2014: R\$ 31.047) no consolidado. A Administração entende que, os fluxos de caixa a serem gerados pela Companhia e sua controlada com base no crescimento esperado de suas operações, associado ao alongamento do perfil de sua dívida e suporte financeiro dos seus acionistas, serão suficientes para honrar com todos os compromissos assumidos junto aos bancos e fornecedores.

2 Entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 abrangem a Companhia e sua controlada Columbia Cefrinor Centrais de Armazenagem e Distribuição do Nordeste S.A. (“Cefrinor” ou “Controlada”).

Em 31 de agosto de 2014, a Companhia passou a deter o controle da Cefrinor, sociedade anônima de capital fechado, com sede também no município de Simões Filho, estado da Bahia, constituída em 1983 e que tem por objeto a prestação de serviços de conservação a frio de produtos embalados em geral, bem como movimentação e armazenagem de cargas frigorificadas, secos e serviços acessórios.

O percentual de participação na controlada assim como suas principais informações financeiras encontram-se demonstradas na Nota explicativa nº 11.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de março de 2016.

b. Reclassificações às demonstrações financeiras

Os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e a demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em decorrência do reconhecimento errôneo de combinação dos negócios pela aquisição de controle da Columbia Cefrinor através de uma operação de assunção de dívida mantida pela controlada junto ao Banco Votorantim. Em se tratando de uma empresa que era controlada em conjunto pelo mesmo grupo de acionistas que também controla em conjunto a Companhia, antes e depois, a transação enquadra-se como uma combinação de negócios entre entidades sob controle comum. Desta forma, a Companhia, ao retificar o reconhecimento da transação, estabeleceu como sua política contábil que esta transação deveria ser reconhecida pelos seus respectivos valores contábeis, ao invés da aplicação do CPC 15 - Combinação de Negócios que exclui de seu escopo combinações de negócios dessa natureza.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia havia reconhecido erroneamente como ágio na linha de investimento o montante de R\$ 7.618, o que deveria ser reconhecido a débito em conta específica no patrimônio líquido considerando a política adotada pela Companhia; e

Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia havia reconhecido o mesmo valor corretamente no patrimônio líquido, mas como redução da participação de não controladores, em vez de reconhecer o valor em conta específica no patrimônio líquido.

Abaixo demonstramos um resumo das demonstrações originalmente apresentadas, comparativas às demonstrações ora reapresentadas:

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2014	Consolidado		
	Publicado	Ajuste	Reapresentado
Ativo			
Total do ativo circulante	19.248	-	19.248
Não circulante			
Empréstimos a partes relacionadas	126	-	126
Ativo fiscal diferido	4.446	-	4.446
Depósitos judiciais	1.233	-	1.233
Conta caução	980	-	980
Valores indenizáveis	5.246	-	5.246
Outras contas a receber	79	-	79
Investimentos	136	-	136
Imobilizado	74.617	-	74.617
Intangível	641	-	641
Total do ativo não circulante	87.504	-	87.504
Total do ativo	106.752	-	106.752
			-
Passivo			
Total do passivo circulante	50.295	-	50.295
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	26.517	-	26.517
Parcelamentos tributários	4.866	-	4.866
Tributos diferidos	7.814	-	7.814
Dividendos a pagar	1.252	-	1.252
Provisão para perdas em processos judiciais	6.613	-	6.613
Conta caução	980	-	980
Total do passivo não circulante	48.042	-	48.042
Patrimônio líquido			
Capital social	4.500	-	4.500
Reserva de capital	3.547	-	3.547
Reserva de lucros	5.185	-	5.185
Ajustes de avaliação patrimonial	844	-	844
Ágio em transações de capital	-	(7.618)	(7.618)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	14.076	(7.618)	6.458
Participação de não controladores	(5.661)	7.618	1.957
Total do patrimônio líquido	8.415	-	8.415
Total do passivo e patrimônio líquido	106.752	-	106.752

**Balço patrimonial em
31 de dezembro de 2014**

Ativo	Controladora		
	Publicado	Ajuste	Reapresentado
Total do ativo circulante	<u>16.772</u>	<u>-</u>	<u>16.772</u>
Não circulante			
Empréstimos a partes relacionadas	5.421	-	5.421
Ativo fiscal diferido	1.418	-	1.418
Depósitos judiciais	1.180	-	1.180
Outras contas a receber	362	-	362
Investimentos	14.416	(7.618)	6.798
Imobilizado	47.512	-	47.512
Intangível	575	-	575
Total do ativo não circulante	<u>70.884</u>	<u>(7.618)</u>	<u>63.266</u>
Total do ativo	<u><u>87.656</u></u>	<u><u>(7.618)</u></u>	<u><u>80.038</u></u>
			-
Passivo			
Total do passivo circulante	<u>44.169</u>	<u>-</u>	<u>44.169</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	26.598	-	26.598
Parcelamentos tributários	194	-	194
Dividendos a pagar	1.252	-	1.252
Provisão para perdas em processos judiciais	1.367	-	1.367
Total do passivo não circulante	<u>29.411</u>	<u>-</u>	<u>29.411</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	4.500	-	4.500
Reserva de capital	3.547	-	3.547
Reserva de lucros	5.185	-	5.185
Ajustes de avaliação patrimonial	844	-	844
Ágio em transações de capital	-	(7.618)	(7.618)
Total do patrimônio líquido	<u>14.076</u>	<u>(7.618)</u>	<u>6.458</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>87.656</u></u>	<u><u>(7.618)</u></u>	<u><u>80.038</u></u>

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido
em 31 de dezembro de 2014**

	Atribuível aos acionistas controladores						Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ágio em transações de capital	Total		Participação de não controladores
Publicado	4.500	3.547	5.185	844	-	14.076	(5.661)	8.415
Ajuste	-	-	-	-	(7.618)	(7.618)	7.618	-
Reapresentado	<u>4.500</u>	<u>3.547</u>	<u>5.185</u>	<u>844</u>	<u>(7.618)</u>	<u>6.458</u>	<u>1.957</u>	<u>8.415</u>

Essa reclassificação não gerou efeitos no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2014. Além disso, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não foram afetadas pela referida reclassificação.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia de sua Controlada e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

A Administração da Companhia não identificou situações que tenham gerado julgamentos críticos sobre as políticas contábeis adotadas no exercício corrente que apresentem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

b. Premissas e estimativas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 9** - Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber;
- **Nota explicativa nº 17** - Mensuração de provisões para perdas em processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 24** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos.

Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

7 Principais práticas contábeis

A Companhia e sua controlada aplicaram as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Bases de consolidação

(i) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido (na conta de *Ágio/Deságio* em transações de capital).

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(iii) ***Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial***
Os investimentos em controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(iv) ***Transações eliminadas na consolidação***
Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

c. Receita operacional

Prestação de serviços

A receita é mensurada pelo valor justo do montante recebido ou a receber de serviços prestados no curso normal dos negócios líquidos de descontos comerciais e de outros impostos sobre vendas relacionados.

Receitas relacionadas a serviços são reconhecidas à medida que a movimentação e transporte das mercadorias ou containers são efetuados ou à medida que o tempo de armazenamento transcorre. Quando há incerteza com relação à mensuração dos serviços ou à materialização dos benefícios futuros, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

d. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais positivas e ganhos com instrumentos financeiros.

As despesas financeiras abrangem basicamente despesas com juros sobre empréstimos e demais passivos e variações cambiais negativas.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

e. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são reconhecidas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob participação nos lucros de curto prazo de acordo com a convenção coletiva se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Tributação

(i) Imposto sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas ao ISS, PIS e COFINS calculados com base nas alíquotas vigentes. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas.

(ii) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Imposto corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para as diferenças tributárias temporárias, e impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

g. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico de aquisição e custo atribuído, com base no valor justo determinado na data de transição para a Lei 11.638/07, deduzido da depreciação acumulada. Os custos incluem gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção desses ativos. Os custos subsequentes à aquisição dos ativos são incluídos no valor contábil dos ativos somente quando é provável que benefícios econômicos futuros relacionados com o item agregarão valor para a Companhia e sua controlada e ainda se forem mensuráveis de maneira confiável. Todos os outros custos, incluindo custos de reparos e manutenção, são registrados no resultado financeiro do período em que são incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear para os ativos da Companhia e de sua controlada, com exceção dos terrenos, levando-se em consideração a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota explicativa nº 12.

As vidas úteis estimadas, valores residuais e método de depreciação são revistos no final de cada exercício, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas contabilizadas em uma base futura.

O ganho ou perda decorrente da alienação ou do sucateamento de um ativo é determinado como a diferença entre os resultados das vendas, líquidos de custos de comercialização, e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão demonstradas na Nota explicativa nº 12.

h. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

i. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins.

A Companhia e sua controlada consideram equivalente de caixa uma aplicação financeira resgatável em até 90 dias da emissão em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos a contar da data da contratação.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - Mensuração*

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros abrangem passivos circulantes e não circulantes, os quais são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

(iv) *Capital Social*

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Empresa.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos*

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia operou com instrumentos financeiros derivativos através de operações de *swap* utilizados como proteção do risco cambial atrelados a empréstimos em moeda estrangeira, não tendo portanto qualquer caráter especulativo. Ver detalhes na Nota explicativa nº 25.

j. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

(i) Provisões para perdas em processos judiciais

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota explicativa nº 17.

(ii) Provisões trabalhistas

Decorre de obrigação legal de registrar os direitos do empregado, sendo que no caso da provisão de férias a Companhia calcula 1/12 sobre um terço do salário base do funcionário a cada mês até que este atinja 12 meses consecutivos quando então tem direito ao gozo de férias. No caso do 13º salário a Companhia calcula 1/12 do salário base do funcionário a cada mês de janeiro a dezembro quando então é efetuado o desembolso.

Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

l. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis são classificados como financeiros se for determinada, nos termos dos contratos de arrendamento, a transferência substancial, para a Companhia, de todos os riscos e benefícios sobre o bem financiado. Todos os outros tipos de arrendamentos mercantis são classificados como operacionais.

Os ativos adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são reconhecidos como ativos da Companhia ao seu valor justo na data de início do arrendamento ou pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento, dos dois, o menor. A obrigação com o arrendador é reconhecida no balanço patrimonial como arrendamento mercantil financeiro.

Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são segregados entre encargos financeiros e abatimento da respectiva obrigação, dessa forma atingindo uma taxa de juros constante sobre a obrigação remanescente. Os encargos financeiros são reconhecidos imediatamente no resultado.

Arrendamentos mercantis para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. As obrigações oriundas de arrendamentos operacionais são reconhecidas como despesa no resultado dos exercícios, linearmente com base nos termos do contrato de arrendamento.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

IFRS 16 - Leases

A IFRS 16, com um novo pronunciamento em 13 de Janeiro de 2016, substitui as orientações existentes na IAS 17 *Arrendamentos*, mas não muda a definição de arrendamento em que é um acordo pelo qual o arrendador transmite ao arrendatário, em troca de um pagamento ou série de pagamentos, o direito de usar o ativo por um período de tempo pactuado (controle). A IAS17 estipula um modelo “duplo de contabilização”, em que existem dois tipos de arrendamento: o operacional e o financeiro. Já a norma nova abandona, em partes, este modelo. Nesse sentido, há o que a norma chama modelo único, similar ao presente nas disposições da IAS 17 no tocante ao leasing financeiro. A IFRS 16 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- *Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas; e
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Caixa	2	2	1	1
Bancos conta movimento	817	869	802	832
Aplicações financeiras de liquidez imediata	35	766	26	746
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Caixa e equivalente de caixa no balanço patrimonial	854	1.637	829	1.579
Saque a descoberto utilizado para fins de gestão de caixa (a)	(1.036)	-	(1.036)	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Caixa e equivalente de caixa na demonstração do fluxo de caixa	(182)	1.637	(207)	1.579

- (a) Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de R\$ 1.036 em bancos se apresentava descoberto, motivo pelo qual foi apresentado no passivo circulante.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras de liquidez imediata estão representadas em sua maioria por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), indexados à variação de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), com liquidez imediata e prazos inferiores a 90 dias contados da data da aplicação.

8.1 Aplicações financeiras vinculadas

Em 31 de dezembro de 2015, parte das aplicações financeiras mencionadas acima, no montante de R\$ 1.264, estão apresentadas no não circulante em virtude de estarem diretamente vinculadas a concessão de empréstimos, tendo prazos de resgate semelhantes aos de sua liquidação. Estas operações foram contratadas em condições normais com instituições financeiras e os respectivos rendimentos estão sendo contabilizadas pela taxa efetiva de juros, assim como, tal operação já está contabilizada a valor de mercado.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 25.

9 Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Cientes - faturas emitidas	19.864	15.060	16.452	12.957
Receita de armazenagem a faturar (a)	5.380	1.462	4.814	1.462
Fretes a faturar (b)	-	94	-	94
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	25.244	16.616	21.266	14.513
	(3.615)	(2.388)	(3.283)	(2.292)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	21.629	14.228	17.983	12.221

- (a) Refere-se à receita de serviços de armazenagem executados até o encerramento do exercício e ainda não faturada até 31 de dezembro. A adequação do registro dessa receita decorre da Companhia apurar razoável e confiavelmente os custos incorridos na prestação desses serviços, tais como a locação do espaço para armazenagem e os seguros vinculados.
- (b) Refere-se à receita de serviços de fretes executados até o encerramento do exercício, havendo inclusive emissão de DACTEs - Conhecimentos de transporte quando da transferência de mercadorias de Zona (Porto/EADI - EADI/Porto) e ainda não faturada até 31 de dezembro.

a. Provisão para redução ao valor recuperável

A seguir é demonstrada a movimentação da provisão para redução ao valor recuperável:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 1º de janeiro de 2014 (apenas controladora)	(1.615)	(1.615)
Constituição de provisão	(773)	(677)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(2.388)	(2.292)
Constituição de provisão	(1.227)	(991)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(3.615)	(3.283)

Em 31 de dezembro de 2015, existem contas a receber de clientes, vencidas, tendo sido reconhecidas provisões para perdas referentes a saldos incobráveis. Para o saldo vencido remanescente, a expectativa é de recebimento no curto prazo.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
A vencer	15.648	7.886	13.397	6.462
Vencidas até 30 dias	3.550	2.550	2.255	2.055
Vencidas entre 31 e 60 dias	3.625	4.090	3.227	1.590
Vencidas entre 61 e 90 dias	455	844	440	1.018
Vencidas entre 91 e 120 dias	313	436	294	679
Vencidas há mais de 120 dias	1.653	810	1.653	2.709
	25.244	16.616	21.266	14.513

b. Garantias envolvendo contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia possui contas a receber dadas em garantia aos empréstimos e financiamentos descritos na Nota explicativa nº 13. São basicamente as Cédulas do Citibank, Votorantim, BSPAR, Daycoval e Itaú. Contudo, não há um valor contábil definido para as cessões fiduciárias desses direitos creditórios dadas em garantia para os empréstimos. Elas possuem um valor mínimo que varia entre 50% e 100% dos recursos decorrentes dos direitos creditórios correspondentes aos serviços prestados pela Companhia e sua Controlada à clientes diversos definidos individualmente nos contratos.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes’ está divulgada na nota explicativa nº 25.

10 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1).

As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Ativo circulante:				
Outras contas a receber				
CMLOG S.A.	-	-	-	85
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>85</u>
Ativo não circulante:				
Empréstimos a partes relacionadas - Mútuo				
Cia Progresso e União Fabril da Bahia	100	126	100	126
CMLOG S.A.	5	-	5	-
Columbia Cefrinor	-	-	9.824	5.295
Columbia S.A.	4	-	4	-
Cia Progresso e União Fabril da Bahia	2	-	2	-
	<u>111</u>	<u>126</u>	<u>9.935</u>	<u>5.421</u>
Outras contas a receber				
Columbia Cefrinor	-	-	1.043	283
CMLOG S.A.	42	48	42	48
AP&C	-	31	-	31
Columbia Cefrinor	-	-	563	-
	<u>42</u>	<u>79</u>	<u>1.648</u>	<u>362</u>
Passivo circulante:				
Outras contas a pagar				
AP&C	2.012	555	2.012	555
	<u>2.012</u>	<u>555</u>	<u>2.012</u>	<u>555</u>
Passivo não circulante:				
Empréstimos e financiamentos - Mútuo				
Columbia Cefrinor	-	-	11	184
Columbia Trading.	182	20	182	-
Columbia S.A.	557	157	439	85
Ability Serviços de Comércio Exterior Ltda.	-	7	-	1
Cia Progresso e União Fabril da Bahia	-	5	-	-
Columbia S.A.	4.547	-	4.547	-
José Basso Madeira	-	442	-	442
Augusto Sérgio Barbosa	-	262	-	262
	<u>5.286</u>	<u>893</u>	<u>5.179</u>	<u>974</u>
Custo dos serviços prestados:				
Aluguéis				
AP&C	(6.267)	(6.034)	(6.267)	(6.034)
Columbia Cefrinor	-	-	(805)	(750)
Despesas financeiras				
Juros intercompanies	(145)	-	(145)	-
	<u>(6.412)</u>	<u>(6.034)</u>	<u>(7.217)</u>	<u>(6.784)</u>

a. Termos, características e condições

- (a) Refere-se a saldo em aberto oriundo do rateio de despesas administrativas e seguros junto a empresa ligada;
- (b) Refere-se a contrato de mútuo com incidência de juros correspondentes a 100% do CDI e sem prazo de vencimento;
- (c) Refere-se a contrato de mútuo sem incidência de juros e sem prazo de vencimento;
- (d) Refere-se a imóvel arrendado de partes relacionadas cujas condições encontram-se descritas na Nota explicativa nº 26;
- (e) Refere-se a contrato de mútuo com incidência de juros mensais correspondentes a CDI + 0,45% e sem prazo de vencimento; e
- (f) Refere-se a contrato de mútuo com incidência de juros mensais correspondentes a CDI + 0,65% e sem prazo de vencimento.
- (g) Refere-se a um bem arrendado para a respectiva controlada.

As transações entre partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, reconhecidas no resultado, totalizaram R\$ 815 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 724 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia não concede outros benefícios aos administradores ou empregados.

A Companhia não possui em aberto garantias prestadas a partes relacionadas ou a terceiros.

11 Investimentos

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014 (Reapresentado)
Participação em controlada:				
Cefrinor	-	-	3.078	6.798
Participação em coligada:				
CMLOG S.A. (a)	124	136	-	-
	124	136	3.078	6.798

- (a) O investimento está representado pela participação de 33,33% que a controlada Cefrinor possui na coligada CMLOG S.A., avaliado pelo método de equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras desta em 31 de dezembro de 2015, cujo resultado negativo foi de R\$ 12 (R\$ 75 positivo em 31 de dezembro de 2014).

Columbia Cefrinor Centrais de Armazenagem e Distribuição do Nordeste S.A.

Em 31 de agosto de 2014, a Companhia passou a deter o controle da Cefrinor, através da subscrição de 15.255.814 (quinze milhões, duzentas e cinquenta e cinco mil, oitocentas e quatorze) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas naquela data mediante a capitalização de crédito devido pela Companhia, no valor de R\$ 15.256 decorrente do “Instrumento Particular de Assunção de Dívida” celebrado entre as partes, por meio do qual a Companhia assumiu dívida da Cefrinor com o Banco Votorantim S.A. (Ver Nota explicativa nº13).

A Cefrinor tem por objeto a prestação de serviços de conservação a frio de produtos embalados em geral, bem como movimentação e armazenagem de cargas frigorificadas, secos e serviços acessórios.

Atualmente, a controlada passa por uma fase de investimentos que visa aumentar a sua capacidade de armazenagem, com a finalidade de se tornar a maior empresa do ramo no Norte-Nordeste.

A posição patrimonial e financeira da controlada em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é a seguinte:

	Controladora	
	2015	2014
Total do ativo	38.902	39.272
Total das exigibilidades	34.938	30.517
Patrimônio líquido	3.965	8.755
Prejuízo do exercício	(4.790)	(1.082)
Percentual de participação	77,65%	77,65%

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social subscrito e integralizado da controlada é de R\$ 19.648, representado por 19.648.147 ações ordinárias, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, conforme demonstrado abaixo:

Acionista	Ações	Participação
Columbia S.A.	1.464.292	7,45%
Companhia Progresso e União Fabril da Bahia	1.463.854	7,45%
Ability Serviços de Comércio Exterior Ltda.	1.463.854	7,45%
Columbia do Nordeste S.A.	15.256.147	77,65%
	19.648.147	100,00%

Os acionistas minoritários da controlada Cefrinor são os mesmos acionistas da própria Companhia (Ver Nota explicativa nº 18).

O quadro a seguir demonstra a movimentação do investimento na Cefrinor, apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Controladora	
	2015	2014
Saldo no início do exercício	6.798	7.638
Resultado de equivalência patrimonial	(3.720)	(840)
Saldo no final do exercício	3.078	6.798

12 Imobilizado

Consolidado											
	Taxas de depreciação (% a.a.)	1º/01/2014	Adição por aquisição de controlada	Adições	Baixas	Transfe-rências	31/12/2014	Adições	Baixas	Transfe-rências	31/12/2015
Custo											
Terrenos		191	2.236	-	-	-	2.427	-	-	-	2.427
Edificações e benfeitorias		17.249	22.094	494	-	21.519	61.356	9	-	831	62.196
Veículos e empilhadeiras		7.342	80	705	(94)	550	8.583	11	(315)	-	8.279
Máquinas, equipamentos e instalações		3.298	8.812	291	(7)	1.043	13.437	922	(101)	741	14.999
Móveis e utensílios		223	882	18	-	187	1.310	14	(1)	1	1.324
Computadores e periféricos		658	1.184	121	-	135	2.098	79	-	-	2.177
Obras em andamento (a)		9.155	1.394	15.339	-	(23.434)	2.454	940	-	(1.573)	1.821
Total do custo		38.116	36.682	16.968	(101)	-	91.665	1.975	(417)	-	93.223
Depreciação acumulada											
Edificações e benfeitorias	4%	(745)	(4.074)	(1.436)	-	-	(6.255)	(2.574)	-	-	(8.829)
Veículos e empilhadeiras	20% - 25%	(2.767)	(79)	(1.210)	24	-	(4.032)	(820)	247	-	(4.605)
Máquinas, equipamentos e instalações	10%	(411)	(3.586)	(561)	6	-	(5.552)	(1.233)	33	-	(5.752)
Móveis e utensílios	10%	(43)	(763)	(53)	-	-	(859)	(64)	-	-	(923)
Computadores e periféricos	20%	(144)	(1.025)	(181)	-	-	(1.350)	(233)	-	-	(1.583)
Total da depreciação acumulada		(4.110)	(9.527)	(3.441)	30	-	(17.048)	(4.924)	280	-	(21.692)
Total		34.006	27.155	13.527	(71)	-	74.617	(2.949)	(137)	-	71.531

Columbia do Nordeste S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

		Controladora								
	Taxas de depreciação (% a.a.)	1º/01/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2014	Adições	Baixas	Transfe-rências	31/12/2015
Custo										
Terrenos		191	-	-	-	191	-	-	-	191
Edificações e benfeitorias		17.249	494	-	21.519	39.262	9	-	831	40.102
Veículos e empilhadeiras		7.342	701	(94)	550	8.499	11	(275)	-	8.235
Máquinas, equipamentos e instalações		3.298	10	(7)	1.043	4.344	122	-	90	4.556
Móveis e utensílios		223	16	-	187	426	13	(1)	1	439
Computadores e periféricos		658	121	-	135	914	73	-	-	987
Obras em andamento		9.155	15.285	-	(23.434)	1.006	817	-	(922)	901
Total do custo		38.116	16.627	(101)	-	54.642	1.045	(276)	-	55.411
Depreciação acumulada										
Edificações e benfeitorias	4%	(745)	(1.268)	-	-	(2.013)	(2.071)	-	-	(4.084)
Veículos e empilhadeiras	20% - 25%	(2.767)	(1.209)	24	-	(3.952)	(819)	207	-	(4.564)
Máquinas, equipamentos e instalações	10%	(411)	(367)	6	-	(772)	(549)	-	-	(1.321)
Móveis e utensílios	10%	(43)	(47)	-	-	(90)	(45)	-	-	(135)
Computadores e periféricos	20%	(144)	(159)	-	-	(303)	(178)	-	-	(481)
Total da depreciação acumulada		(4.110)	(3.050)	30	-	(7.130)	(3.662)	207	-	(10.585)
Total		34.006	13.577	(71)	-	47.512	(2.617)	(69)	-	44.826

a. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e sua controlada realizaram a análise dos indicativos de *impairment* estabelecidos pelo CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e não identificaram indícios de que seu ativo imobilizado estivesse registrado acima de seu valor de realização.

b. Revisão da vida útil

Durante o exercício corrente, a Companhia e sua controlada efetuaram a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado e concluíram que as taxas utilizadas refletem a vida útil estimada dos bens.

c. Garantias envolvendo o ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui bens do ativo imobilizado dados em garantia dos empréstimos e financiamentos, quais sejam: (i) empilhadeiras com o valor contábil de R\$ 1.699; (ii) edificações com o valor contábil de R\$ 5.207; e (iii) imóveis de matrículas 2.808 e 32. Além disso, os imóveis de partes relacionadas de matrículas 516 e 13 também foram dados como garantia para o mesmo fim (ver nota explicativa nº 13).

Em 31 de dezembro de 2015, o imóvel de matrícula 217 da controlada Cefrinor foi dado em garantia para a “Escritura da 1ª Emissão de Debêntures” (ver nota explicativa nº 14).

13 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Encargos	Vencimento	Consolidado		Controladora	
				2015	2014	2015	2014
Terceiros							
Capital de giro	Reais	1,33% a 1,59% a.m., CDI + 0,15% a 0,8% a.m. e 178% CDI	20/12/2019	22.754	43.481	22.754	43.481
Capital de giro (a)	Reais	CDI + 4,5% a.a.	23/12/2019	13.008	14.137	13.008	14.137
Cartão BNDES	Reais	0,86% a 1,34% a.m.	15/07/2019	504	584	504	584
Finame	Reais	4,5% a 8% a.a.	16/09/2019	1.305	2.255	1.305	2.255
Leasings	Reais	1,10% a 1,58% a.m.	02/07/2018	184	86	184	86
Capital de giro (b)	Dólar	4,25% a.a.	14/12/2015	-	1.487	-	1.487
				37.755	62.030	37.755	62.030
Partes relacionadas							
Mútuo	Reais	(c)	(c)	5.286	893	5.179	974
				43.041	62.923	42.934	61.004
Circulante				22.024	36.406	22.024	36.406
Não circulante				21.017	26.517	20.910	26.598

- (a) Em 29 de agosto de 2014, a Companhia assumiu a dívida da controlada Cefrinor relativa à Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro que esta possuía junto ao Banco Votorantim S.A. no montante de R\$ 15.256.
- (b) Refere-se a empréstimo de capital de giro em moeda estrangeira obtido junto ao Citibank, cujo risco cambial encontra-se protegido por instrumento de *swap* com taxa de 17,46% a.a., conforme descrito na Nota explicativa nº 25. Este contrato foi totalmente liquidado em 14 de dezembro de 2015.
- (c) Os termos e condições previstos nos empréstimos com partes relacionadas estão evidenciados na nota explicativa nº 10.

a. Escalonamento da dívida

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
2016	-	12.275	-	12.275
2017	7.181	5.068	7.181	5.068
2018	4.427	4.179	4.427	4.179
2019 em diante	9.409	4.995	9.302	5.076
	21.017	26.517	20.910	26.598

A movimentação dos empréstimos e financiamentos encontra-se demonstrada abaixo:

	Consolidado e Controladora
Saldos em 1º de janeiro de 2014	24.055
Captação	37.670
Adição por aquisição de controlada	15.256
Encargos	5.956
Amortizações e pagamento de juros	(22.385)
Variação cambial	1.478
	62.030
Saldos em 31 de dezembro de 2014	
Captação	24.923
Encargos	9.006
Amortizações e pagamento de juros	(59.517)
Variação cambial	1.547
	37.989
Saldos em 31 de dezembro de 2015	

A movimentação dos mútuos encontra-se demonstrada abaixo:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 1º de janeiro de 2014	-	1.440
Captação	4.494	8.374
Encargos	187	219
Amortizações e pagamento de juros	(3.788)	(9.059)
	893	974
Saldos em 31 de dezembro de 2014		
Captação	8.285	9.140
Encargos	247	247
Amortizações e pagamento de juros	(4.139)	(5.182)
	5.286	5.179
Saldos em 31 de dezembro de 2015		

b. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por aval dos acionistas, contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios da Companhia e de sua controlada Cefrinor (ver nota explicativa nº 9) e por bens do ativo imobilizado da Companhia e de partes relacionadas (ver nota explicativa nº 12).

c. Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

Além das cláusulas específicas que são comuns nos demais empréstimos e financiamentos com outros bancos, a Companhia possui em seus principais contratos cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, conforme descrito abaixo:

- Deverá apresentar índices financeiros da dívida bancária líquida inferior ou igual a quatro vezes o valor do EBITDA;
- A Companhia não poderá apresentar uma redução no faturamento superior a 25% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior; e
- Não permite a distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio e ou qualquer outra forma de remuneração aos seus acionistas por parte da Companhia.

A penalidade para o não cumprimento desses compromisso é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

14 Debêntures

Instituição	Moeda	Encargos anuais	Vencimento	Consolidado e Controladora	
				2015	2014
Votorantim	Reais	CDI + 4,5% a.a.	29/05/2025	23.752	-
				23.752	-
Circulante				2.530	-
Não circulante				21.042	-

a. Termos e condições

Em 2015 foram emitidas 250 (duzentos e cinquenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, totalizando R\$ 25.000 (vinte e cinco milhões de reais) na data de emissão.

As debêntures têm prazo de 120 (centro e vinte) meses, a contar da data de emissão, com vencimento final em 29 de maio de 2025.

Ademais, as debêntures estão sujeitas a uma remuneração de 100% do CDI acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 4,5% a.a., a ser paga mensalmente pela Companhia, com o primeiro pagamento ocorrido na data de 29 de junho de 2015 e último na data de vencimento final.

b. Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

A principal cláusula contratual restritiva das debêntures é:

- Realizar a classificação de risco (*rating*) das debêntures, devendo atualizar a classificação anualmente a partir da data de emissão do primeiro relatório que ocorreu em 28 de abril de 2015.

c. Garantias

As debêntures estão garantidas por: (i) garantia fidejussórias outorgadas pelas Fiadoras; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios (ver nota explicativa nº 8); e (iii) por bens imobilizados de sua controlada (ver nota explicativa nº 12).

15 Obrigações com terceiros e conta caução

	Consolidado	
	2015	2014
Ativo não circulante		
Conta caução (a)	1.060	980
Passivo circulante		
Obrigações com terceiros (b)	2.525	2.488
Passivo não circulante		
Conta caução (a)	1.060	980

- (a) Refere-se aos valores retidos dos pagamentos efetuados aos antigos quotistas da controlada Columbia Cefrinor para garantir o desembolso financeiro em eventuais demandas de terceiros. Os valores estão registrados no ativo e passivo não circulante e encontram-se depositados em contas correntes e aplicações financeiras conjuntas.
- (b) Saldo a pagar devido pela controlada Cefrinor aos seus antigos quotistas decorrente da aquisição da Cefrinor Participações e Investimentos Ltda. De acordo com o contrato de compra e venda assinado entre as partes, o saldo correspondente a 50% do valor da aquisição que seria pago em 24 parcelas mensais atualizadas pelo CDI. Em novembro de 2014 o contrato foi aditado em 12 meses sendo concedida uma carência de 6 meses para as 6 últimas parcelas. Em junho de 2015 houve um novo aditamento de 6 meses onde foi concedido mais 6 meses de carência para as parcelas remanescentes. Em dezembro de 2015 houve mais um aditamento de 6 meses nas mesmas condições do aditamento anterior, onde as amortizações do principal passaram a ter vencimentos mensais de 13 de junho de 2016 a 14 de novembro de 2016.

16 Parcelamentos tributários

Com o advento da Lei nº 11.941/09 que estabeleceu condições favoráveis para o parcelamento de débitos tributários federais, a controlada Cefrinor efetuou a adesão a esse parcelamento para débitos que já se encontravam inscritos em dívida ativa, utilizando os benefícios referentes aos descontos de multas, juros e encargos e a utilização do saldo de prejuízos fiscais e bases negativas.

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Parcelamentos federais	5.372	6.176	200	258
Circulante	1.138	1.310	65	64
Não circulante	4.234	4.866	135	194

a. Termos e condições

Referem-se à débitos de PIS, COFINS e INSS, apurados no período de 2009, parcelados entre 24 a 160 prestações com periodicidade mensal e vencimentos variados.

b. Escalonamento dos parcelamentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
2016	-	811	-	65
2017	735	735	65	65
2018	712	712	70	64
2019	637	637	-	-
2020 em diante	2.150	1.971	-	-
	4.234	4.866	135	194

17 Provisão para perdas em processos judiciais

a. Riscos provisionados

A Companhia e sua controlada estão envolvidas em processos cíveis, tributários e trabalhistas surgidos no curso normal dos seus negócios. Tendo como suporte a opinião dos seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas nos seguintes montantes:

	Consolidado		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014 (apenas controladora)	434	1.080	1.514
Adição por aquisição de controlada	57	4.574	4.631
Constituição de provisão	97	527	624
Reversão de provisão	(156)	-	(156)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	432	6.181	6.613
Constituição de provisão	395	1.057	1.452
Reversão de provisão	(172)	-	(172)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	655	7.238	7.893
	Controladora		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	434	1.080	1.514
Constituição de provisão	-	9	9
Reversão de provisão	(156)	-	(156)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	278	1.089	1.367
Constituição de provisão	95	18	113
Reversão de provisão	(97)	-	(97)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	276	1.107	1.383

Em 31 de dezembro de 2015, a controlada Cefrinor mantém provisão no montante de R\$ 5.791 (R\$ 4.819 em 31 de dezembro de 2014) relativa a dois processos de desapropriação de imóvel em nome da massa falida da Encol S.A., cuja expectativa de perda na opinião de seus assessores jurídicos é considerada provável. Os processos em questão foram ajuizados em nome da SUDIC - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial, proprietária dos terrenos que foram cedidos à Cefrinor mediante contrato de cessão de uso remunerado, o qual prevê obrigação por parte da controlada em complementar eventual valor de indenização decorrente da desapropriação.

b. Riscos não provisionados

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, baseado na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram constituídas provisões para perdas, já que os riscos com perdas foram considerados possíveis, conforme segue:

	2015	2014
Trabalhistas (i)	2.577	2.690
Cíveis (ii)	3	1
Tributários (iii)	240	265
	<u>2.820</u>	<u>2.956</u>

(i) Processos trabalhistas

Referem-se a diversos processos trabalhistas movidos por ex-colaboradores da Companhia pleiteando preponderantemente verbas rescisórias, adicionais, horas extras e equiparação salarial, os quais encontram-se em curso.

(ii) Processos cíveis

Refere-se a ação de pagamento movida pela Rodoviária Michelin e ação cautelar ajuizada contra a Lugger Brasil, ambas encontram-se em andamento.

(iii) Processos tributários

Refere-se a execução movida pela SM Serviços Marítimos Ltda., o qual encontra-se em curso.

c. Valores indenizáveis

Em 31 de dezembro de 2015, a controlada Cefrinor possui registrado ativo de indenização no montante de R\$ 6.510 (R\$ 5.246 em 31 de dezembro de 2014), correspondente aos valores a receber dos antigos acionistas decorrente das obrigações assumidas para com demandas de terceiros, conforme estabelecido no contrato de compra e venda firmado em 1º de novembro de 2012, que corresponde a 100% do valor provisionado para as contingências avaliadas como prováveis nesta controlada.

A Companhia e sua controlada revisam suas estimativas e considera as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.

d. Depósitos judiciais

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
TECON	1.107	1.089	1.107	1.089
Processos trabalhistas	141	144	77	91
	1.248	1.233	1.184	1.180

A TECON Salvador S.A. ("TECON"), após vencer a licitação para arrendamento de área do Porto de Salvador, passou a cobrar uma taxa para a movimentação de mercadorias denominada THC, prevista em contrato administrativo firmado com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia para exploração das atividades portuárias.

A partir de 2002, alegando ser necessário realizar novas movimentações com contêineres, a TECON passou a cobrar, além do valor contratualmente previsto, uma sobretaxa de R\$ 205,00 por contêiner, ao que se denominou "THC2".

A Companhia discorda da cobrança da THC2 e está contestando judicialmente:

- A ilegalidade da cobrança dessa nova taxa, sem existência de serviço requerido pelas empresas destinatárias das cargas ou mesmo pelas transportadoras;
- A violação do contrato firmado, já que toda a tarefa de entrega das cargas já está coberta pela THC normal; e
- A restrição à concorrência entre as transportadoras e portos secos que, como a Companhia, disputam mercado com a TECON no segmento de armazenagem. As áreas técnicas do Tribunal de Contas da União - TCU, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE já se manifestaram pela abusividade da cobrança da THC2, estando o assunto pendente de decisão definitiva em ações judiciais ora em andamento.

A Companhia depositou judicialmente o valor desta taxa no período de junho de 2005 a dezembro de 2006, para os quais foi constituída provisão de mesmo valor.

O processo foi julgado favoravelmente a Companhia em 1ª instância, tendo a TECON recorrido desta decisão. Conforme os assessores jurídicos da Companhia, o processo encontra-se à espera de julgamento e a expectativa de êxito em relação ao mesmo é possível, portanto nenhuma nova provisão foi constituída.

18 Capital social e reservas

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 4.500, representado por 4.500.000 ações com direito de voto, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), conforme demonstrado a seguir:

	<u>Ações</u>			Participação
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Columbia S.A.	119.000	1.411.000	1.530.000	34,00%
Companhia Progresso e União Fabril da Bahia	115.500	1.369.500	1.485.000	33,00%
Ability Serviços de Comércio Exterior Ltda.	115.500	1.369.500	1.485.000	33,00%
	<u>350.000</u>	<u>4.150.000</u>	<u>4.500.000</u>	<u>100,00%</u>

100% das ações da Companhia não são resgatáveis e os respectivos dividendos são distribuídos com base no lucro e/ou limite das reservas de lucros e de acordo com os critérios estabelecidos pelo Estatuto Social da Companhia, sujeito à aprovação da Assembleia Geral.

Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

b. Natureza e propósito das reservas

(i) Reserva de capital

Em 2 de abril de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou aumento do capital social da Companhia e aporte no montante de R\$ 7.697 com a emissão de 4.150.000 ações preferenciais com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo que o montante de R\$ 4.150 foi destinado à integralização do aumento de capital ora aprovado, e o saldo de R\$ 3.547 foi destinado à reserva de capital, conforme disposto no artigo 182, parágrafo 1º, “a” da Lei nº 6.404/76.

(ii) Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída com base na legislação societária, representando 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer destinação, estando limitada a 20% do capital.

Reserva de incentivos fiscais

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente aos incentivos da SUDENE apurado a partir da vigência da Lei, foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucros, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

A Companhia goza de incentivo fiscal da SUDENE, aprovado em junho de 2014, através do Laudo Constitutivo nº 0076/2014, com validade até 2023, tendo sido assegurado o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração.

Durante o período de vigência do benefício fiscal a Companhia deverá atender às seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de controle ambiental; (ii) apresentação da declaração de rendimentos a cada exercício; (iii) proibição da distribuição de lucros correspondentes ao valor do imposto que seria pago sem a existência do benefício; (iv) participação da pesquisa anual de incentivos fiscais promovida pela SUDENE; e (v) apresentação anual de regularidade fiscal em relação aos tributos federais a apresentação de certidão negativa de débito para a previdência social.

Adicionalmente, foi aprovado pela SUDENE em dezembro de 2014, através da Portaria DFIN nº 0074/2014, o benefício de “redução por reinvestimento” de 30% do IRPJ devido.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apurou o montante de R\$ 121 (R\$ 400 em 31 de dezembro de 2014) referente aos incentivos fiscais da SUDENE e está adimplente com as obrigações relativas aos programas de incentivos.

Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração da Companhia, consoante parágrafo 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, após aprovação da Assembleia de Acionistas, efetuou a absorção de prejuízos acumulados com lucros retidos no montante de R\$ 2.430 (R\$ 491 em 31 de dezembro de 2014).

(iii) *Ágio em transações de capital*

Representa o valor pago a maior em relação aos ativos líquidos da Columbia Cefrinor quando da aquisição de participação através de uma operação de assunção de dívida ocorrida em 31 de agosto de 2014. Ver detalhes na Nota explicativa nº 3(b).

(iv) *Distribuição de dividendos*

Um dividendo mínimo de 10% do lucro ajustado conforme descrito no Estatuto Social é obrigatoriamente distribuído aos acionistas.

Conforme descrito na Nota explicativa nº 13, em 29 de agosto de 2014, a Companhia assumiu a dívida da controlada Cefrinor relativa à cédula de crédito bancário - Capital de Giro que esta possuía junto ao Banco Votorantim S.A. no montante de R\$ 15.256. Devido às cláusulas restritivas quanto a distribuição e pagamento de dividendos presente no referido contrato, a Companhia reclassificou o saldo residual não pago dos dividendos propostos em 2014 no montante de R\$ 1.252 para o passivo não circulante.

19 Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Receita bruta de serviços prestados	106.373	78.807	84.948	72.421
Descontos e abatimentos	(430)	(115)	(396)	(27)
Tributos incidentes (a)	(13.403)	(10.152)	(10.835)	(9.380)
	92.540	68.540	73.717	63.014

- (a) Referem-se aos impostos e contribuições incidentes sobre os serviços prestados conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
PIS	(1.664)	(1.299)	(1.328)	(1.195)
COFINS	(7.662)	(5.981)	(6.116)	(5.502)
ISS	(2.253)	(1.550)	(1.737)	(1.373)
Outros	(1.824)	(1.322)	(1.654)	(1.310)
	(13.403)	(10.152)	(10.835)	(9.380)

Os impostos e contribuições classificados como “Outros” estão representados por ICMS, FUNDAF e provisões diversas de impostos sobre a receita armazenada.

20 Custo dos serviços prestados

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Pessoal	(25.611)	(14.243)	(14.595)	(10.767)
Serviços de terceiros (a)	(14.787)	(14.732)	(11.533)	(14.273)
Aluguéis	(9.943)	(8.690)	(9.713)	(8.656)
Manutenção e conservação	(3.007)	(2.319)	(2.403)	(2.091)
Seguros	(4.935)	(2.220)	(3.166)	(1.877)
Utilidades	(3.652)	(1.326)	(1.212)	(685)
Impostos e taxas	(285)	(205)	(115)	(171)
Depreciação e amortização	(4.979)	(3.550)	(3.692)	(3.058)
Outros custos	(444)	(600)	(736)	(594)
	(67.643)	(47.885)	(47.165)	(42.172)

- (a) Referem-se, principalmente, a custos com carga e descarga, mão de obra operacional e fretes rodoviários.

21 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Pessoal	(7.876)	(7.071)	(7.560)	(6.794)
Serviços de terceiros (a)	(2.318)	(1.226)	(2.289)	(1.178)
Aluguéis	(725)	(494)	(723)	(492)
Manutenção e conservação	(173)	(136)	(141)	(127)
Seguros	(24)	(4)	(21)	-
Utilidades	(125)	(130)	(119)	(123)
Impostos e taxas	(107)	(75)	(90)	(57)
Depreciação e amortização	(142)	(141)	(141)	(141)
Outras despesas	(411)	(850)	(398)	(853)
	(11.901)	(10.127)	(11.482)	(9.761)

- (a) Referem-se, principalmente, a gastos com assessoria e consultoria contábil, jurídica e financeira.

22 Despesas comerciais

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Comissões e corretagens	(655)	(875)	(655)	(875)
Marketing e propaganda	(262)	(256)	(246)	(250)
Viagens e representações	(355)	(493)	(352)	(489)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.226)	(773)	(991)	(677)
Outras	(798)	(278)	(319)	(277)
	(3.296)	(2.675)	(2.563)	(2.568)

23 Receitas e despesas financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Juros intercompanies	27	287	962	285
Ganho com instrumentos financeiros	2.008	-	2.008	-
Juros ativos	707	149	517	117
Descontos obtidos	4	26	4	26
Variações cambiais	446	273	446	273
Receitas financeiras	3.192	735	3.937	701
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(11.500)	(5.956)	(11.137)	(5.956)
Juros passivos	(1.100)	(656)	(441)	(217)
Descontos concedidos	(32)	(14)	(29)	(14)
Tarifas e despesas bancárias	(314)	(299)	(279)	(288)
IOF	(358)	(545)	(209)	(508)
Perda com instrumentos financeiros	(273)	(133)	(273)	(133)
Variações cambiais	(1.994)	(1.751)	(1.994)	(1.751)
Juros intercompanies	(145)	-	(145)	-
Outras despesas financeiras	(54)	-	(48)	-
Despesas financeiras	(15.770)	(9.354)	(14.555)	(8.867)
Despesas financeiras, líquidas	(12.578)	(8.619)	(10.618)	(8.166)

Um dos fatores que determinou o acréscimo do grupo de despesas foi o aumento no endividamento da Companhia, devido a emissão de debêntures em junho de 2015. Ver nota explicativa nº 14.

24 Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social corrente	(682)	(1.145)	(682)	(1.145)
Benefícios fiscais e lucro da exploração	121	400	121	400
Imposto de renda e contribuição social diferido	37	883	2	936
	(524)	138	(559)	191

a. Imposto corrente

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos 31 de dezembro de 2015 e 2014 encontra-se a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(6.575)	(3.579)	(1.750)	(282)
Ajustes ao resultado	3.720	3.108	-	-
Prejuízo ajustado	(2.856)	(471)	(1.750)	(282)
(+) Adições à base de cálculo				
Despesas indedutíveis	103	127	103	127
Provisões indedutíveis	44.170	33.503	43.028	33.407
Equivalência patrimonial	12	(2.419)	3.720	764
Variação cambial	1.976	1.762	1.976	1.762
Ajuste RTT	472	448	-	-
	46.732	33.421	48.826	36.060
(-) Exclusões à base de cálculo				
Variação cambial realizada	3.366	372	3.366	372
Reversão de provisões	42.539	33.141	41.632	31.968
Amortização de ágio	925	(341)	-	-
	46.830	33.172	44.998	32.340
(=) Lucro real / Base CSLL	(2.953)	(222)	2.078	3.437
Imposto de renda e contribuição social corrente	(682)	(1.145)	(682)	(1.145)
Imposto de renda e contribuição social diferido	37	882	2	936
Deduções				
Incentivo fiscal SUDENE - Lucro da exploração	80	336	80	336
Incentivo fiscal SUDENE - Redução por reinvestimento	42	64	42	64
Tributo corrente apurado no resultado	(524)	138	(559)	191

b. Imposto diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Consolidado e Controladora						
Ativo						
Base	2013	Adição por aquisição de controlada	Adições (baixas)	2014	Adições (baixas)	2015
Provisão para redução ao valor recuperável	146	-	224	370	337	707
Provisão para perdas em processos judiciais	86	-	(19)	67	31	98
Provisão para <i>demurrage</i>	250	-	(12)	238	51	289
Outras provisões	-	-	227	227	99	326
Variação cambial não realizada	-	-	516	516	(516)	-
Controladora	482	-	936	1.418	2	1.420
Ágio na aquisição da Companhia pelos acionistas atuais	-	3.176	(148)	3.028	(444)	2.584
Outras provisões	-	-	-	-	190	190
Consolidado	10.691	3.176	788	4.446	(252)	4.194
Consolidado						
Passivo						
Base	2013	Adição por aquisição de controlada	Adições (baixas)	2014	Adições (baixas)	2015
Deságio na aquisição da Companhia pelos acionistas anteriores	-	(922)	42	(880)	129	(751)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(6.987)	53	(6.934)	160	(6.774)
Consolidado	-	(7.909)	95	(7.814)	289	(7.525)

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo da Companhia no montante de R\$ 1.420 (R\$ 1.418 em 31 de dezembro de 2014) foram registrados no ativo não circulante consolidado por não poder ser compensado com saldos passivos de sua controlada Cefrinor.

25 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de sua controlada foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2015 que corresponde, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e valores a pagar e a receber de partes relacionadas. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

a. Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

A Companhia e sua controlada monitoram as contas a receber de clientes realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento de serviços, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2015			
Fornecedores	3.685	-	-
Saldos bancários a descoberto	1.036	-	-
Empréstimos e financiamentos	22.024	11.608	9.409
Debêntures	2.530	5.000	16.042
Parcelamentos tributários	1.138	1.447	2.787
Obrigações com terceiros	2.525	-	-
Em 31 de dezembro de 2014			
Fornecedores	3.023	-	-
Saldos bancários a descoberto	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	36.406	17.343	9.174
Debêntures	-	-	-
Parcelamentos tributários	1.310	1.546	3.320
Obrigações com terceiros	2.488	-	-
	Controladora		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2015			
Fornecedores	1.996	-	-
Saldos bancários a descoberto	1.036	-	-
Empréstimos e financiamentos	22.024	11.608	9.302
Debêntures	2.530	5.000	16.042
Parcelamentos tributários	65	135	-
Obrigações com terceiros	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014			
Fornecedores	2.058	-	-
Saldos bancários a descoberto	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	36.406	17.343	9.255
Debêntures	-	-	-
Parcelamentos tributários	64	130	64
Obrigações com terceiros	-	-	-
Obrigações com terceiros	1.996	-	-

c. Risco de mercado

(i) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e de sua controlada sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e sua controlada possuem aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI.

A exposição destes ativos e passivos à taxa variável é monitorada pela Administração.

Análise de sensibilidade da taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes com base em projeções divulgadas por instituições financeiras.

Foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 14,5% (2014: 10,8%) para o ano de 2015 e este definido como cenário provável, a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculado o “resultado financeiro” não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações financeiras e o fluxo de vencimentos de cada contrato.

A data-base utilizada foi 31 de dezembro de 2015, projetados por um ano e verificando a sensibilidade do CDI.

Operação	Risco	Saldos em 31/12/2015	Impacto no resultado		
			Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	35	5	4	3
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	(37.989)	(5.508)	(6.887)	(8.263)
Debêntures	Alta do CDI	(23.572)	(3.418)	(4.274)	(5.127)
Impacto líquido no resultado			(8.921)	(11.157)	(13.387)
Referência para ativos/passivos financeiros					
Baixa do CDI (% ao ano)			14,5%	10,88%	7,25%
Alta do CDI (% ao ano)			14,5%	18,13%	21,75%

(ii) Risco de variação cambial

O risco de variação cambial relaciona-se com a possibilidade da Companhia e sua controlada computarem prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de dívida com financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia contrata contratos de *swap* com instituições financeiras.

Até dezembro de 2015, os financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras se encontram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de *swap*, os quais foram integralmente liquidados dentro do exercício, conforme demonstrado no tópico (e) abaixo.

Além dos financiamentos obtidos pela Companhia, objeto dos contratos de *swap*, não existem outros passivos financeiros que estejam indexados a moedas estrangeiras.

d. Hierarquia de valor justo

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e sua controlada detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Aplicações financeiras	35	766	26	746
Instrumentos financeiros derivativos	-	844	-	844
Empréstimos e financiamentos	(37.989)	(62.030)	(37.989)	(62.030)
Debêntures	(23.572)	-	(23.572)	-
	(61.526)	(60.420)	(61.535)	(60.440)

e. Instrumentos financeiros derivativos

Até dezembro de 2015, a Companhia mantinha operações de *swap* utilizados como *hedge* do risco cambial atrelado aos compromissos contratuais de empréstimos de capital de giro em moeda estrangeira da Companhia descritos na Nota explicativa nº 13.

Os termos essenciais das operações de *swap* foram negociados para estarem casados com os termos dos compromissos assumidos conforme demonstrado abaixo:

Início	Vencimento	Valor nominal ponta ativa (USD)	Valor nominal ponta passiva (R\$)	Índice ponta ativa	Índice ponta passiva
23/12/13	14/12/15	978	2.295	Variação cambial + 4,25% a.a.	17,46% a.a.

Os índices e taxas serão aplicados sobre o valor nominal do início até o término do período de vigência. Os valores justos dos contratos de *swap* de moeda e taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2014, correspondem a R\$ 844, registrado na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”, como segue:

	Controladora
	31/12/2014
<i>Swaps</i> (ponta ativa)	9.381
<i>Swaps</i> (ponta passiva)	(8.537)
	844

Não há posições em aberto dos contratos de *swap* de moeda e taxas de juros, em 31 de dezembro de 2015, já que os últimos contratos foram liquidados em dezembro de 2015.

26 Arrendamentos operacionais (controladora)

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui dois contratos de arrendamentos operacionais conforme especificado abaixo:

- a. Arrendamento de um terreno edificado junto à empresa ligada Ability, Progresso e Columbia Patrimonial e Participações Ltda., com área de 45.314,00 m², utilizado pela Companhia como sede de suas operações de logística integrada. O prazo do presente contrato vigente é de 15 anos com início em 28 de fevereiro de 2008 e término previsto para 28 de fevereiro de 2023. O aluguel mensal consensualmente fixado é de 10% da receita líquida da Companhia no respectivo período; e
- b. Arrendamento de um terreno junto a controlada Columbia Cefrinor Centrais de Armazenagem e Distribuição do Nordeste S.A., com área de 36.000,00 m², utilizado para armazém de secos. O prazo do presente contrato é de 50 anos com início em 1º de junho de 2013 a 1º de junho de 2063. O aluguel mensal consensualmente fixado é de R\$ 65 atualizado anualmente pelo INP-C.

A Companhia determinou com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que não retém todos os riscos e vantagens significativos da propriedade e sendo assim registra os mesmos como arrendamento operacional.

Por ser variável, não é possível precisar os pagamentos mínimos futuros relacionados ao contrato de arrendamento junto à empresa ligada Ability, Progresso e Columbia Patrimonial e Participações Ltda.

Os pagamentos mínimos futuros relacionados ao contrato de arrendamento junto a controlada Columbia Cefrinor Centrais de Armazenagem e Distribuição do Nordeste S.A. encontram-se demonstrados a seguir:

	2015	2014
2015	840	780
2016	840	780
2017	840	780
2018	840	780
2019 em diante	36.120	33.864
	<u>39.480</u>	<u>36.984</u>

O total de despesas com arrendamentos operacionais em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 7.072 (R\$ 6.784 em 31 de dezembro de 2014).

* * *